

ARTIGO

Capitalismo “puro”, Estado e fundo público

Capitalismo “puro”, Estado y Fondo Público Pure capitalism, state and public fund.

Sara Granemann¹

Universidad Federal de Rio de Janeiro, Brasil.

Recebido: 15/05/2024

Aceito: 03/09/2024

Cómo citar

Granemann, S. (2024). Capitalismo “puro”, Estado e fundo público. *Propuestas Críticas en Trabajo Social - Critical Proposals in Social Work*, 4 (8), 29-46. DOI: 10.5354/2735-6620.2024.75865.

29

Resumo

O artigo objetiva avaliar a importância do fundo público operado pelo Estado capitalista. Fundo público que por um breve tempo na história humana foi utilizado – ao menos uma sua fração em território europeu – para responder às lutas da classe trabalhadora por melhores condições de vida e trabalho. As respostas – diversas, consoante a latitude planetária – na forma de políticas sociais para viabilizar direitos sociais não tiveram existência longeva. Criadas no pós-1945, começavam a ser desmontadas em fins da década de 1980, o que permitiu à classe trabalhadora, de alguns países europeus, conviver com direitos mais largos por cerca de três décadas. As constantes crises do modo de produção capitalista e a derruição do ‘socialismo real’ foram as principais determinações para o desmonte do denominado Estado de Bem-Estar Social. A caracterização do estágio do capitalismo para os últimos 45 (quarenta e cinco) anos, a tomamos de empréstimo de Husson (2008). O economista francês denominou a fase presente dos monopólios com a categoria analítica ‘capitalismo puro’. Ao tomarmos por referência analítica sua crítica teórica, nosso esforço é o de debater as crises dos capitais, no âmbito das políticas sociais e sua a forma monetizada de execução destas políticas sociais. Políticas sociais, de um lado, instrumentos mediadores

Palavras-chave:
Capitalismo puro,
estado, fundo
público

de direitos; de outro, em conexão estreita com a acumulação de capitais quando metamorfoseia as políticas sociais em mercadorias. Realizada a transmutação, as novas mercadorias convertem-se em vantajosos espaços de inversão para os capitais na crise e fora dela.

Abstract

The article aims to assess the importance of the public fund operated by the capitalist state. A public fund that for a brief time in human history was used - at least a fraction of it in Europe - to respond to the struggles of the working class for better living and working conditions. The responses - diverse, depending on the latitude of the planet - in the form of social policies to make social rights possible did not last long. Created in the post-1945 period, they began to be dismantled towards the end of the 1980s, which allowed the working class in some European countries to live with broader rights for around three decades. The constant crises of the capitalist mode of production and the collapse of 'real socialism' were the main determinants for the dismantling of the so-called Welfare State. The characterization of the stage of capitalism for the last 45 (forty-five) years is borrowed from Husson (2008). The French economist called the present phase of monopolies with the analytical category 'pure capitalism'. By taking his theoretical critique as an analytical reference, our effort is to debate the crises of capital in the context of social policies and their monetized form of execution. Social policies, on the one hand, are instruments that mediate rights; on the other, they are closely linked to the accumulation of capital when it metamorphoses social policies into commodities. Once the transmutation has taken place, the new commodities become advantageous investment spaces for capital in and out of crisis.

Keywords:
"Pure" capitalism;
state; public funds

Introdução

Capitalismo “puro”, Estado e fundo público²

“A questão se cabe ao pensamento humano uma verdade objetiva não é teórica, mas prática. É na práxis que o homem deve demonstrar a verdade, a saber, a efetividade e o poder, a exterioridade de seu pensamento. A disputa sobre a efetividade ou não-efetividade do pensamento isolado da práxis – é uma questão puramente escolástica”. (Karl Marx – Ad Feuerbach)

² A autora é bolsista em Pesquisa e Produtividade do CNPq a quem agradece o suporte no desenvolvimento da pesquisa



O texto que apresentamos à revista seria de natureza ensaística se não tivesse múltiplas referências bibliográficas. Ampara-se em pesquisas que ao longo de mais de três décadas desenvolvemos na docência da Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ. As ideias aqui expostas dizem respeito a uma linha de argumentação que encontra amparo na realidade e, pretendemos, na crítica da economia política.

O modo capitalista de produção, de sua gênese aos dias presentes, desenvolveu e conservou seus pilares de sustentação. Mencionamos os três mais importantes da lógica deste modo de produção: 1) a propriedade privada; 2) a extração de trabalho excedente³ pelos capitais; 3) o estado como organismo burguês de dominação social. (Mandel, 1982:333) À sua natureza essencial, acrescentaram-se, aprofundaram-se e foram alterados traços importantes de sua dinâmica social que, ao amadurecerem, se tornaram “puras”. Todavia, os novos traços e as substantivas mudanças, antes afirmam do que infirmam a lei do valor, solo da vida social do modo capitalista de produção.

De nosso ponto de vista, o que já fora modificado quando a idade dos monopólios⁴ se consolidou e substituiu a idade da livre-concorrência, aprofundar-se-á com os eventos desencadeados na virada da década de 1980 e 1991 que levaram ao do bloco de países denominado “socialismo real”. Para Husson (2008:13/14), desde então, alcançou-se a plenitude do modo capitalista de produção, o puro capitalismo. Desde então, mesmo com importantes levantes, não foi possível à classe trabalhadora, nem ultrapassar vitórias pontuais, nem impedir as sucessivas derrotas, na maioria dos países.

Nos finais dos anos 1980 e na década de 1990, constituíram-se relevantes mecanismos econômico-políticos na tentativa de resolução das crises capitalistas, cujo o de maior relevância foi a conversão de países e estados denominados socialistas, ao modo capitalista de produção.

O mapa econômico-político e cultural, gestado pela Revolução Bolchevique de 1917, ao ruir, foi redesenhado por uma sequência de guerras e de violências - com prolongamentos até nossos dias - cujos elementos mais visíveis são os nacionalismos, as racializações e as xenofobias. Tais violências, carregavam disputas por ricos mananciais energéticos, bélicos, agrários e um vasto mercado capitalista por se constituir e integrar milhões de pessoas ao consumo de mercadorias. A violência como parteira da acumulação capitalista novamente tomou o palco das mudanças, disputas e conflitos.

³ Para esta categoria analítica, consulte-se, especialmente, Marx (2017).

⁴ Para a compreensão deste trânsito aos monopólios consultar a culta e exaustiva análise de Netto (1992)

Hobsbawm, delimita as fronteiras para os países da Europa Oriental articulados sob a URSS⁵ por “socialismo real” e observa:

Em 1945, as fronteiras da região que se separou do capitalismo mundial ampliaram-se dramaticamente. Na Europa, incluíam agora toda a área a leste de uma linha que ia, grosso modo, do rio Elba na Alemanha até o mar adriático e toda a península Balcânica, com exceção da Grécia e da pequena parte da Turquia que restava no continente. Polônia, Tchecoslováquia, Hungria, Iugoslávia, Romênia, Bulgária e Albânia passavam agora para a zona socialista, assim como parte da Alemanha ocupada pelo Exército Vermelho após a guerra e transformada em uma “República Democrática Alemã”, em 1954.

[...] Essa era a parte do mundo cujos sistemas sociais em determinada altura da década de 1960 vieram a ser chamados, na terminologia da ideologia soviética, de países de “socialismo realmente existente”; um termo ambíguo que implicava, ou sugeria, que podia haver outros e melhores tipos de socialismo, mas na prática esse era o único que funcionava de fato. Foi também a região cujos sistemas econômicos e sociais, assim como os regimes políticos, desmoronaram totalmente na Europa quando a década de 1980 deu lugar à de 1990. (1995:364)⁶.

32

A desarticulação das economias do bloco “socialismo real” as converteu, com êxito, em economias tardiamente absorvidas por relações sociais capitalistas de produção que abriram - ao capitalismo em crise - um enorme espaço para seus negócios.

Ao ampliar-se o mapa geopolítico do capitalismo, milhões talvez, bilhões de humanas/os, daqueles e de outros tantos territórios do planeta foram alcançados por suas consequências. O alcance das mudanças processadas pelo fim da URSS levou Hobsbawm a considerar o ano de 1991 o ano final do século XX porque para

⁵ União das Repúblicas Socialistas Soviéticas bloco que o historiador se recusa nominar por “socialismo realmente existente

⁶ O historiador marxista Eric John Ernest Hobsbawm (9/06/1917-01/10/2012), publicou a 1994 (a 1995 no Brasil), seu balanço sobre o século XX, intitulado Era dos Extremos – o breve século XX - (1914-1991), instigado pelos eventos do Leste Europeu.



ele, nada de mais impactante poderia ocorrer ao mundo no “breve século XX”: o capitalismo vencera⁷ e impor-se-ia ao mundo severas reestruturações econômicas dirigidas por sua lógica econômica-político-cultural e bélica.

O “socialismo real” ao distanciar-se das aspirações de seus formuladores, corrompeu-se até ruir. Todavia, enquanto existiu, funcionou, como uma possibilidade de superação da sociabilidade burguesa e, por isto – aos capitais – pairava como uma ameaça. A coexistência de uma tal referência de sociabilidade diversa da capitalista – malgrado as deformações socialismo real – foi uma das determinações para a construção de direitos e políticas sociais no mundo capitalista. O “socialismo real” enquanto existiu – malgrado seus descaminhos - influenciou a classe trabalhadora a lutar por direitos sociais e trabalho e para assombrar os grandes capitais com o “perigo vermelho”.

Em Netto – na esteira de Marx - a possibilidade de novas relações sociais é um projeto

[...] cuja viabilização supunha a existência de condições objetivas que permitissem libertar da miséria e da exploração centenas de milhões de homens, no processo mesmo em que estas massas empenhar-se-iam num gigantesco e fascinante jogo social de invenção de novos estilos de vida e convivência – jogo impensável se, na gênese mesma das condições da sua emergência, não estivessem os mais aprofundados ordenamentos democráticos. (Netto: 1990:83 – grifos no original).

33

As grandes nações capitalistas, ávidas por superar a crise dos anos 1980/90 viam na “colonização” daquelas economias: a) saídas para suas crises por abertura de mercado b) formas de reduzir nos Estados capitalistas os gastos com políticas sociais ao converter direitos sociais em mercadorias; c) reformar direitos trabalhistas para liberar os capitais de limites à exploração da classe trabalhadora; d) privatizar a propriedade pública, estatal, por meio de formas mercantis clássicas e não-clássicas e outorgar aos grandes capitais novos espaços de inversão.

⁷ Sin embargo, esto no significa que sea cierto aquello que se difunde en los discursos misticadores de la burguesía y su Estado -por sus teóricos, sus políticas y su cultura y sus organismos multilaterales-, esto es: que el modo de producción capitalista puede ser imperfecto, pero es la única posibilidad abierta a la humanidad. Este texto afirma lo contrario: una derrota -incluso de proporciones colosales- no tiene la prerrogativa de detener el curso de la historia y eternizarla como la única sociabilidad posible. El modo de producción capitalista no se transformará por la inercia del paso de los días, su envejecimiento y posterior fallecimiento. Las fuerzas sociales y las contradicciones presentes en este modo de producción hacen que la superación de las relaciones sociales de producción capitalistas sea la única alternativa a la barbarie



Ao lado de espaços para o crescimento econômico instalou-se uma verdadeira guerra ideológica e cultural, por uma nova sociabilidade centrada no fim da ideologia comunista, no fim do trabalho, no fim dos sindicatos e das organizações da classe trabalhadora e no fim dos partidos de trabalhadores, Socialistas e Comunistas. Foi, talvez, a maior ofensiva dos capitais contra a classe trabalhadora em escala planetária na segunda metade do século XX. A classe trabalhadora reagiu com mais ou menos intensidade, conforme sua força, sua organização e sua tradição de lutas na particularidade histórica de cada formação social.

O que se quer afirmar aqui é: a conversão dos países de “socialismo real” em economias de mercado ampliou enormemente as relações sociais do modo capitalista de produção. O “sucesso” de uma tal investida teve incidências variadas cuja a mais importante foi a de consolidar e espriar o denominado neoliberalismo para a totalidade do planeta.

As investidas do neoliberalismo, o puro capitalismo, desarticulou parte importante das lutas das classes sociais pelo mundo. Ganharam forças as formas mistificadas de sociabilidade, como: o individualismo, o empreendedorismo e a retomada e crescimento do pensamento de direita e de extrema-direita e o ressurgimento do fascismo em muitas partes do mundo, típicos congêneres das relações sociais capitalistas.

Capitalismo puro: uma importante categoria para pensar as políticas sociais

No lapso temporal que cobre da segunda metade dos anos de 1960 aos anos finais do século XX, consolidou-se a fase plenamente madura do capitalismo monopolista. Para Husson (2008), o “puro capitalismo”, é o capitalismo no seu momento mais desenvolvido e mais destrutivo da natureza e da humanidade. Para o autor,

[...] a legalidade do capitalismo está profundamente comprometida. Os seus êxitos são diretamente proporcionais às regressões sociais que consegue impor, sem compensação nem contrapartida. Mesmo que a balança de poderes esteja a seu favor [dos capitais-SG], ao menos isto deve ficar evidente: qualquer projeto de regulação, de disciplina ou de humanização deste sistema é, no contexto atual, pura utopia, na pior das hipóteses.

Atualmente, a única atitude coerente é, pelo contrário, opor a este “capitalismo puro” um “anti-capitalismo puro” à altura das ameaças que ele representa para o bem-estar da humanidade. (Husson; 2008:pg.194)

O desenvolvimento do ‘capitalismo puro’, contemporâneo, mais do que em qualquer outro precedente período da história humana,

(...) tende ao funcionamento puro, desembaraçando-se progressivamente de todas as “rigidezes” que porventura lhe regulam ou refreiam. Não se trata tanto de um retorno às formas históricas anteriores senão que de uma adequação ao seu conceito. Há duas grandes tendências neste movimento: a “mercantilização” da força de trabalho e a formação tendencial de um mercado mundial de mercadorias. Trata-se, por um lado, de um capitalismo sem adjetivações, ainda que a expressão capitalismo neoliberal possa ser cômoda para designar sua fase atual. Por outro lado, há que se rejeitar teorizações parciais que destacam um aspecto particular [do movimento deste modo de produção; SG] e o conceituam como capital globalizado, financeirizado, patrimonial, acionário ou cognitivo. (Husson; 2008:p.09). [grifos adicionados SG].

Dizer que o capitalismo vive seu estado puro, passível de ser capturado com mais qualidade pela investigação, não significa dizer que suas relações sociais restem “visíveis ao olho nu”. Ao contrário, quanto mais madura a sociedade burguesa mais mistificadas, reificadas, são as relações cotidianas que a constituem. Quanto mais puro o capitalismo mais intensamente reprimidos serão seus críticos e os movimentos sociais que operam na direção da transformação social.

35

Dizer que o capitalismo vive seu estado puro, passível de ser capturado com mais qualidade pela investigação, não significa dizer que suas relações sociais restem “visíveis ao olho nu”. Ao contrário, quanto mais madura a sociedade burguesa mais mistificadas, reificadas, são as relações cotidianas que a constituem. Quanto mais puro o capitalismo mais intensamente reprimidos serão seus críticos e os movimentos sociais que operam na direção da transformação social.⁸

Em nossa pesquisa, concentramos a particularidade de análise ao Brasil. Sabe-se, todavia, que as leis gerais da totalidade do modo de produção capitalista e as formulações contidas nas agências multilaterais do grande capital, permitem-me afirmar a inteira validade do alerta marxiano “a história é a seu respeito”. Dito de outro modo, no âmbito das políticas sociais, as receitas propostas nos textos, panfletos e manifestos do grande capital não foram formuladas umas à imagem e semelhança de outras, por coincidência.

⁸ Para a elaboração de Tese de Doutorado cujo tema é a política social de previdência social (pension), trabalhei os textos produzidos pelas duas mais importantes agências multilaterais dos grandes capitais. Li, especialmente, os textos do World Bank Group e do Internacional Monetary Fund, formuladores das políticas sociais implementadas por Estados e Nações em todo planeta. Naquele momento, me foi possível examinar cerca de três mil textos sobre o tema e os “achados” de pesquisa estão consignados em Granemann (2006).

Os links das agências multilaterais seguem abaixo:

<https://openknowledge.worldbank.org/search?query=Pension.....> <https://www.imf.org/en/home>.....



Há que se indagar a razão de países diversos como o Brasil e a Itália, a Argentina e a Tailândia, a França e o Chile o Peru e Portugal, a Grécia e o México serem orientados por políticas sociais com idêntico conteúdo ainda que na forma guardem alguma singularidade na implementação.

Sob o puro capitalismo, nos últimos 50 (cinquenta) anos, o fundo público tem sido componente central – mais do que em qualquer outra época - na superação das crises dos capitais. Por fundo público, de modo mediado, entendemos a totalidade da riqueza gerida pelo estado burguês. Tal riqueza é, na aparência da vida social, produto de contribuições sociais provenientes dos impostos recolhidos do capital e do trabalho e da lucratividade de estatais produtivas. Para além da aparência o fundo público gerido pelo Estado burguês é parte do mais-valor socialmente produzido e apropriado pelo Estado burguês.

O que os capitais recolhem em impostos e contribuições sociais ao seu estado se originou no lucro que é produto de trabalho excedente, de exploração e sucção de mais valor da força de trabalho. A classe trabalhadora faz suas contribuições sociais e paga seus impostos desde o seu salário, que em Marx (2013) corresponde ao trabalho necessário. Dito de modo explícito, aquilo que denominamos por fundo público é trabalho necessário + trabalho excedente; é produto social do mais valor. Se na aparência da vida social afirma-se que capital e trabalho contribuem para a formação do fundo público e à sustentação do Estado ao superar-se a aparência, o fundo público – presente e passado – é essencialmente produzido pelo desgaste das energias da força de trabalho ao trabalhar.

As políticas sociais não são concessões dos capitais ou de seu Estado à classe trabalhadora, por duas razões principais: 1) sua origem está na luta de classes contra a burguesia e seus Estado¹¹; 2) por ser o fundo público produto do trabalho humano. Contraditoriamente, as políticas sociais existentes sob o Estado de Bem-Estar Social¹² são, de um lado, respostas do Estado burguês às lutas da classe trabalhadora e, ao

⁹ Véanse Nakatani (2006) y Salvador (2010).

¹⁰ Ver em especial: Nakatani (2006) e Salvador (2010).

¹¹ Modestamente indicamos estudo realizado em documentos da Associação dos Amigos e Amigas da Comuna de Paris que nos tornou possível afirmá-la como protoformas das políticas sociais e dos direitos do trabalho e superar o argumento algo conservador que olvida as lutas para que, no capitalismo, a classe trabalhadora tenha direitos. Granemann (2013).

¹² Estado que, dada a sua natureza capitalista, nunca pode ser universal. Sua experiência concentrou-se, sobretudo, na Europa Ocidental e nem ali – naquela porção de mundo – foram universais as conquistas porque os direitos dependeram da nacionalidade, local de nascimento e os trabalhadores e trabalhadoras da “colônias” africanas e sul-americanas raramente tiveram acesso semelhante aos direitos e políticas sociais como o tiveram os originários do próprio país.

¹³ Um exemplo tão pueril como cotidiano pode ser aqui utilizado: na luta de classes ao reivindicar a construção de casas populares, hospitais, universidades, o Estado responde demandas organizadas da classe trabalhadora e ao mesmo tempo – e por isto são contraditórias - aciona as empreiteiras, o capital da construção civil, para que execute as obras pagas com fundo público. Se na história do Estado de Bem-Estar existir algum fundamento para se mencionar concessões deve-se saber – com honestidade intelectual, teórica e política - que elas são práticas típicas do Estado burguês aos capitais.

mesmo tempo, de outro lado, mecanismos que asseguram aos capitais possibilidades de valorização¹⁴. Para ser explícita: os capitais também se beneficiam da existência de políticas sociais. (Netto; 1992).

Apremente necessidade de valorização dos capitais monopolistas leva-o a metamorfosear direitos sociais, viabilizados por políticas sociais, em mercadorias, como novos espaços de inversão dos capitais. Vale dizer, abrir novos espaços de inversão para a formação de lucros capitalistas. Ao se estreitarem as fronteiras de valorização dos capitais, precisam buscar novos espaços para realizarem a sua permanente necessidade de aumento de lucros. Como em Marx:

Por outro lado, o conceito de trabalho produtivo se estreita. A produção capitalista não é apenas produção de mercadorias, mas essencialmente produção de mais valor. O trabalhador produz não para si, mas para o capital. Não basta, por isso, que ele produza em geral. Ele tem de produzir mais valor. Só é produtivo trabalhador que produz mais-valor para o capitalista ou serve à autovalorização do capital. Se nos for permitido escolher um exemplo fora da esfera da produção material, diremos que um mestre-escola é um trabalhador produtivo se não se limita a trabalhar na cabeça das crianças, mas exige trabalho de si mesmo até o esgotamento, a fim de enriquecer o patrão. Que esse último tenha investido seu capital numa fábrica de ensino, em vez de numa fábrica de salsichas, é algo que não altera em nada a relação. Assim, o conceito de trabalhador produtivo não implica de modo algum apenas uma relação entre atividade efeito útil, entre trabalhador e produto do trabalho, mas também uma relação de produção especificamente social, surgida historicamente e que cola no trabalhador o rótulo de meio direto de valorização do capital. Ser trabalhador produtivo não é, portanto, uma sorte, mas um azar (2013; pag. 578 – grifos adicionados).

37

Assim, os espaços de atuação das políticas sociais dos Estados capitalistas - a educação, as pensões, a assistência social, a saúde – têm de se tornar mercadorias como as salsichas, os sapatos, os automóveis. Para se tornarem mercadorias, o Estado deve se afastar da oferta de políticas sociais. Direitos passam a ser mercantilizados como a previdência complementar no Brasil e como as Administradoras de Fondos de Pensiones no Chile.

¹⁴ Netto sublinha: em Marx, há um “padrão da produção capitalista; ela se desenvolveria segundo um ciclo recorrente de crescimento, aceleração do crescimento (boom), supercrescimento, crise e depressão. A funcionalidade da crise é perceptível nesse ciclo: ela opera fomentando a desvalorização do capital, a destruição geral dos capitais mais débeis ou menores e o aumento da centralização/concentração de capital.” (2020:375)



As inversões em áreas da vida social que já foram políticas sociais passam a ser por arranjos do Estado burguês, instrumentos para a resolução das crises dos capitais.

Netto¹⁵ ao analisar as crises desde O Capital de Karl Marx, indica-o, elas resultam:

[...] das contradições imanentes ao modo de produção capitalista, é componente constitutivo indescartável da dinâmica deste modo de produção. No seu evolir, o modo de produção capitalista é necessariamente pontuado por crises que, de fato, são funcionais a ele. Marx sublinha que a crise opera no sentido de promover a superação transitória de contradições da dinâmica capitalista – por exemplo, a contradição entre o desenvolvimento da força produtiva do trabalho e a queda da taxa de lucro “tem de ser constantemente superada por meio de crises”. (Netto:2020:375).

Nosso argumento inscreve as políticas sociais, metamorfoseadas em mercadorias, como uma das saídas momentâneas às crises dos capitais. (GRANEMANN, 2006; 2012; 2013). Há aqui um conjunto de mediações para que tal metamorfose se imponha:

38

as políticas sociais, como recomendado para as aposentadorias e pensões pelo World Bank Group, em 1994, constituem formas típicas de o grande capital monopolista produzir o espaço de mercantilização pela monetização do que já foi direito – gratuito, estatal e público - em seus instrumentos de acumulação de capitais.

social, as implementa não com instituições que realizam a política social de modo gratuito e com trabalhadores pagos pelo Estado em espaços estatais. Na fórmula de Friedman (2023), se tem implementado para quem nada possui a transferência em dinheiro para realizar, na máxima liberal, o direito individual de escolher a mercadoria que se deseja consumir. Evidente que as transferências monetizadas que substituem as políticas sociais, são de escasso valor. Estas também são novas formas de repartir o fundo público: o Estado cria a possibilidade de consumo das mercadorias educação, previdência de baixa qualidade ao prover quantidades mínimas de dinheiro para as frações mais miseráveis da classe trabalhadora satisfazer suas necessidades no mercado.

¹⁵ O documento fundador desta metamorfose foi escrito pelo World Bank Group, pouco tempo depois da derruição do “socialismo real”. O World Bank Group é composto por 05 (cinco) Instituições e 189 (cento e oitenta e nove) países membros signatários. Para leitura e análise do documento fundador da metamorfose das políticas sociais em mercadorias, ver: Averting the old age crisis: policies to protect the old and promote growth (English). Washington, D.C.: World Bank Group. 1994. <http://documents.worldbank.org/curated/en/973571468174557899/Averting-the-old-age-crisis-policies-to-protect>



As sociedades que construíram economias no pós-segunda grande guerra centradas no emprego (embora nunca o tenham feito de modo pleno, para a totalidade da classe trabalhadora, por ser algo impossível sob o capitalismo) não implementaram, em um primeiro momento, políticas sociais monetizadas. Ao contrário, fizeram políticas sociais com traços razoavelmente universais e articuladas ao emprego formal; a monetização correspondia à remuneração do trabalho assalariado e as políticas sociais realizavam direitos pela via de equipamentos públicos de educação, saúde, habitação, transporte, previdência, gratuitos, de qualidade e medianamente universais. indireto ou social.

Foi na crise capitalista, especialmente, as das décadas de 1980 e 1990, quando se agrava o desemprego, refluem as lutas da classe trabalhadora e colapsa o socialismo real, a monetização dos direitos sociais passa a ser uma alternativa também para os estados no centro da economia mundial, especialmente na Europa. Os primeiros ensaios desta monetização têm lugar na Inglaterra e na Europa do Sul, principalmente Portugal e na Grécia. Ali também são as necessidades dos capitais por espaços de inversão de seus lucros que os movem para mercantilizar os âmbitos da vida social antes cobertos por políticas sociais realizadas pelo Estado. Impõe-se, então, a nova forma da política social palatável a um outro momento da vida, sob o modo capitalista de produção, como possibilidade de gerenciar suas crises: tanto faz que suas vendas sejam de saúde ou sapatos, salsichas ou educação, previdência ou automóveis.

Na ausência de emprego, a forma monetizada da política social aparece como uma “solução” simultaneamente econômica e política importante para a classe trabalhadora. Como atua na contenção das lutas por melhores condições de vida de trabalhadores é, também, politicamente importante aos capitais. Entretanto, resulta numa solução mistificadora por atender economicamente, sobretudo, aos capitais.

Dimensão Econômica: por levar às instituições bancário-financeiras massas de recursos muito expressivas. Estas somas de dinheiro o Estado as repassa aos bancos para que os bancos transfiram aos usuários de políticas agora assistenciais e monetizadas. Aqui as instituições de políticas sociais perdem sua importância para os bancos porque serão os capitais bancário-financeiros que gerenciam e aparecerão como os instrumentos de políticas sociais para quem delas se utiliza

Para os capitais bancário-financeiros as somas – ainda que pequenas individualmente – configuram montantes significativos que podem ser utilizados pelos bancos como capitais de empréstimo, como capital portador de juros, como crédito bancário. No século XIX, diante deste fenômeno de as pequenas somas serem mobilizadas pelos

bancos, o crítico da economia política, indicou-o:

Com o desenvolvimento do sistema bancário, sobretudo a partir do momento em que os bancos começam a pagar juros pelo dinheiro depositado, afluem também aos caixas as reservas de dinheiro e o dinheiro momentaneamente inativo de todas as classes. Pequenas somas, incapazes por si só de funcionar como capital monetário, fundem-se em grandes massas e geram, assim, um poder monetário. Essa acumulação de pequenas somas tem de ser entendida como um resultado especial do sistema bancário e, assim, distinguida do papel intermediário que os bancos exercem entre os verdadeiros capitalistas monetários e os prestatários. Por fim, nos bancos também são depositadas as rendas que só devem ser consumidas aos poucos. (Marx; 2017:455).

As pequenas somas individuais pagas por “políticas sociais realizadas por bancos” se tornam ativos disponíveis e parte do negócio bancário-financeiro e por as controlar, nos bancos, tais somas são capazes de impulsionar grandes e lucrativos negócios.

40

Para usuárias e usuários, individualmente, estas somas são apequenadas, distribuídas aos mais pobres como substitutas das políticas sociais. No Brasil, incidem apenas no âmbito do estrito ser natural, para que a força de trabalho possa retornar todos os dias ao trabalho. Seu resultado é a manutenção das miseráveis condições de vida da classe trabalhadora.

b) Dimensão Política: ao transferir dinheiro, ainda que em baixos valores, como por magia, transfere-se para trabalhadora(e)s desempregada(o)s o consumo e a ilusão do acesso ao direito de escolha. Em realidade, como não passam de umas poucas “moedas” a serem convertidas em uns poucos alimentos. Consumo individual que nem sequer permite aos usuários da política vislumbrar quem são os outros que destas moedas também carecem.

Numa instituição de política social, ao menos os iguais encontram uma possibilidade de reconhecimento dos mesmos padecimentos e podem cultivar uma atuação política. Segmentados em contas bancárias, frequentemente, alcançados apenas pelo dinheiro plástico, no contato com uma máquina pela via um cartão bancário, sequer podem ter a dimensão que pertencem a uma classe social, de que há muitos que lhes são iguais.



A forma monetizada – individualiza e segmenta os usuários; porém, ao mesmo tempo abre relevante via para a acumulação de capital bancário.

As experiências de construção dos direitos sociais (sob o nominado Welfare State ou o Estado Social) tornaram-se possíveis em condições muito particulares na Europa do segundo pós-grande guerra. Seu desmonte também obedeceu particular conjuntura como a derruição dos regimes do leste e a frequência de crises econômicas cada vez mais agudas.

Uma tal situação de construção das políticas sociais “universais” não decorreu determinada pelo curso natural da história do férreo evoluer do modo capitalista de produção; tampouco resultou da generosidade e de outorgas dos proprietários dos capitais. Ao contrário, não se pode tratar dessa conquista como algo unilateral e fácil à classe trabalhadora. Antes de mais, resultou de um conjunto particularíssimo de condições políticas e econômicas que devemos considerar: 1) a existência dos países agrupados na ex-URSS como uma possibilidade de vida social alternativa ao capitalismo; 2) as enormes oportunidades de inversão e valorização dos capitais empenhados na reconstrução dos países destruídos pelo conflito bélico de largas duração e intensidade; 3) a destruição de milhões de vidas de trabalhadores/as que capilarizavam as organizações sindicais, partidárias e populares no cotidiano da vida dos países europeus e que foram desarticuladas pela segunda grande guerra; 4) a permanência, findo o conflito belicista, de milhares de trabalhadores em armas¹⁶ e com alguma condição de construir embriões de vida social de orientação socialista, alternativos às sociedades do bloco soviético, estruturadas pelo estalinismo que lhes solapou – conforme as documentadas denúncias de militantes e estudiosos - a¹⁷ possibilidade de um desenvolvimento assentado em experiências de liberdade na direção da emancipação humana.

As condições, datadas e especiais, não encontraram depois da segunda grande guerra em solo europeu e asiático, iguais ponderação e impacto no continente americano; foram, por aqui, balizadas em seus contornos pelas condições mesmas da totalidade da

¹⁶ Essa consideração é sensivelmente presente nos debates acadêmicos que se ocupam da gênese e, igualmente, da sucumbência do Estado Social e das políticas sociais a ele conexas, nas universidades portuguesa e italiana. Neste texto, apenas oferecemos como uma hipótese a ser estudada já que precisamente esta não figura no arsenal analítico do tema no Brasil.

¹⁷ Relatos cultos – e romanceados – podem ser encontrados em *O Homem que amava os cachorros*, do escritor cubano Leonardo Padura, publicado entre nós pela Boitempo Editorial em 2013, e na biografia de Victor Serge intitulada *Memórias de un revolucionario (1901-1941)*. Madrid: Veintisiete Letras, 2011. (Disponível online). Para uma pesquisa histórica de fôlego sobre o período por meio da biografia de Leon Trotsky, recorra-se à trilogia de Isaac Deutscher. (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, várias edições.) Ver também Netto (1992) e Granemann (2013).

formação social do Continente Americano¹⁸ em relação ao solo europeu. No continente europeu a construção do Estado Social igualmente não foi homogênea e linear para os distintos países onde se o construiu¹⁹; no Brasil as condições clássicas para que a edificação dos direitos sociais típicos do Estado de bem-estar social fosse realizada, jamais existiram.

Parece-nos que o sentido correto destas duas leis marxianas – a forma clássica e a particular dos direitos sociais – agarradas ao real, consiste exatamente na possibilidade de o fazer-se do capitalismo realizar-se, naquelas formações que vêm depois, de uma forma não igualmente complexa como a experiência primeva.

Nossa complexidade (como América Latina, como Brasil), não hierárquica em relação à complexidade social anterior (a realização do estado de bem-estar social europeu), apenas diversa, constitui-se de modo desigual não por arbítrio, atraso ou traços de igual balizamento; concretiza-se no interior do mesmo modo de produção senão porque a forma só pode ser diversa para realizar o mesmo conteúdo em outro tempo e em outro espaço (pode-se dizer, ainda, o período histórico e a formação social) são dessemelhantes. Mas, é precisamente a forma diversa que lhe confere o modo de ser o mesmo: é uno e desigual; é unidade no diverso!

À guisa de breves e inconclusivas considerações finais

O Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil em 2023, foi de R\$ 10,9 (dez trilhões e novecentos bilhões)²⁰. O Orçamento do Estado brasileiro (no âmbito federal), em 2023 foi contabilizado em R\$ 5.20 trilhões (cinco trilhões e duzentos bilhões)²¹.

O Estado brasileiro cujo fundo público é agigantado suficiente para a resolução das desigualdades mais severas, é, no entanto, um caixa sistemático para as necessidades dos grandes capitais, fundamental para a “resolução sempre provisória de suas crises”.

¹⁸ Continente Americano, assinalado por distintas faces e pelo momento diverso do desenvolvimento da economia capitalista, consoante ao particular desenvolvimento histórico-social, marcado pela violenta invasão européia em cada país que constitui os espaços dos subcontinentes.

¹⁹ Com tais observações, não se pretende fazer tábula rasa do desenvolvimento das políticas sociais no continente americano; tenciona-se tão somente indicar as diferenças encontradas entre o desenvolvimento do Estado Social e de suas conexas políticas sociais efetivadas no denominado território centro-ocidental da Europa e da América. Indica-se, também, por hipótese: se há alguma regularidade presente nas políticas sociais do welfare state europeu, pode-se também sugerir similitudes nas políticas sociais estruturadas, nas suas limitações e na ausência de um estado social, em grande parte dos países americanos.

²⁰ Continente Americano, assinalado por distintas faces e pelo momento diverso do desenvolvimento da economia capitalista, consoante ao particular desenvolvimento histórico-social, marcado pela violenta invasão européia em cada país que constitui os espaços dos subcontinentes.

²¹ Com tais observações, não se pretende fazer tábula rasa do desenvolvimento das políticas sociais no continente americano; tenciona-se tão somente indicar as diferenças encontradas entre o desenvolvimento do Estado Social e de suas conexas políticas sociais efetivadas no denominado território centro-ocidental da Europa e da América. Indica-se, também, por hipótese: se há alguma regularidade presente nas políticas sociais do welfare state europeu, pode-se também sugerir similitudes nas políticas sociais estruturadas, nas suas limitações e na ausência de um estado social, em grande parte dos países americanos.

O modo capitalista de produção, sem o Estado brasileiro seu fundo público e sem o sistema de repressão estatal e paraestatal, não seria tão próspero para os capitais quanto o é.

Os capitais produzem exigências incessantes que são viabilizadas pelo Estado, por variados meios, dentre os quais, ao menos quatro têm sido recorrentes: 1) a regressão dos direitos sociais, que, além da dimensão da derrota política, possui uma incontornável exigência econômica a empurrá-los para a compra de novas “mercadorias”. Tais mercadorias dizem respeito à aquisição de ‘serviços’, antes serviços sociais realizados como políticas sociais, com fundo público, de que são exemplos a saúde, a previdência, a habitação e a educação públicas. 2) O aumento de impostos sobre o consumo da classe trabalhadora e, assim, um crescente alargamento da base de composição do fundo público que o succiona para o Estado. O Fundo Público recolhido pelo Estado é repassado aos capitais de variadas formas, dentre as quais, a mais escandalosa é a remuneração da dívida pública com um dos juros mais altos do planeta, conforme Nakatani (2006). 3) O endividamento das famílias pelo recurso ao crédito autorizado pelo Estado brasileiro (denominado crédito consignado), descontado diretamente nos salários e aposentadorias, sem que a força de trabalho tenha direito de não o pagar a quem lhe emprestou. O Estado e os capitais, antes de o salário chegar ao trabalhador, transferem aos credores da classe trabalhadora as porções de salários para o pagamento de sua dívida. 4) O continuado programa de privatizações, sejam elas clássicas ou não clássicas, presentes nos diferentes governos que se sucederam na direção do Estado no país desde a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Estos tiempos de capitalismo puro revelan profundos niveles de deshumanización en la medida inversa en que la valorización de las mercancías se corresponde con una brutal desvalorización de los seres sociales. El deseo de mercancías confirma la permanencia de la ley del valor: las mercancías no vendidas son plusvalías no realizadas.

Nossa argumentação, pretendeu demonstrar que a apologética necessidade de redução do Estado, torná-lo mínimo, nada mais foi do que uma férrea e insistente argumentação a embalar e viabilizar as privatizações dos mais distintos tipos. Tipos que têm por limite a sanha e a criatividade dos capitais para se apropriar de riquezas. Dito de outro modo, tanto em tempos de crescimento como em tempos de crise – ainda que em proporções diferenciadas em cada um dos momentos – e sob os monopólios, os capitais cada vez mais defrontam-se com barreiras ao processo de valorização.

Encontrar novas mercadorias (aquelas as quais a classe trabalhadora não pode deixar de consumir, como a previdência, a educação e a saúde), novos ramos e setores

de investimentos para a realização de inversões do lucro é condição mesma de sobrevivência dos capitais e do modo capitalista de produção. Em um mundo abarrotado de mercadorias programadas para uma curta e abreviada duração e em tudo conjugada ao estímulo criador de necessidades, uma quase compulsiva dependência do último modelo da mais recente mercadoria comercializada por meio do crédito ao consumo vinculado ao salário.

Estes dias de capitalismo puro revelam níveis profundos de desumanização na inversa medida em que a valorização das mercadorias corresponde a uma brutal desvalorização dos seres sociais. O desejo pelas mercadorias confirma a permanência da lei do valor: mercadoria não vendida é mais- valia não realizada.

Para responder às demandas do capital – complexas e crescentes – o seu Estado precisa assumir a feição de que se retira da economia para, sobre ela e por ela, potencializar sua intervenção no provimento das condições de reprodução da sociedade burguesa e garantir a vigência e operação da lei do valor.

A quimera do estado enxuto nunca passou de uma ilusão necessária à realização dos interesses dos grandes capitais e neste tempo, mais do que em qualquer outro na história do capitalismo, o capitalismo puro é a realização máxima do estado do capital por ser mínimo para o trabalho.

A captura do fundo público alocado nas políticas sociais ganha relevo. Exige-se do fundo público patrocinar formas diversas de realização dos direitos monetizados.

O descrédito em uma instituição de política social – seja um hospital ou uma escola – além de se a mutilar a qualidade há que se desfigurar o orçamento e desqualificar-lhe a excelência na prestação de um direito social.

Ademais, há que se desvalorizar a força de trabalho pelo pagamento de baixos salários e tantos outros mecanismos que efetuados sistematicamente tornam-se determinações para a renúncia ao público e para o louvor ao privado.

No horizonte próximo, as alternativas para a superação do capitalismo parecem impossíveis; mas, se regularmos a luneta enxergaremos mais amplamente o espaço e, quiçá, a experiência do fracasso da classe trabalhadora com as políticas sociais permitirá superar os provisórios direitos e a propriedade privada.

Referencias bibliográficas

Friedmann, M. (2023). *Capitalismo e Liberdade*. Intrínseca.

Granemann, S. (2006). *Para uma interpretação marxista da previdência privada* [Tesis (Doctorado), Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro]. http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=35589

Granemann, S. (2012). Fundos de pensão e a metamorfose do “salário em capital”. En E. Salvador, E. Behring, I. Boschetti, S. Granemann. (Orgs.), *Financeirização, fundo público e política social* (pp. 243-260). Cortez.

Granemann, S. (2013). Previdência social: da Comuna de Paris aos (falsos) privilégios dos trabalhadores. En E. Lourenço y V. L. Navarro (Org.), *O avesso do trabalho III – Saúde do trabalhador e questões contemporâneas* (pp.239-257). Outras Expressões.

Hobsbawm, E. (1995). *Era dos Extremos. O breve século XX - 1914- 1991*. Companhia das Letras.

Husson, M. (2008). *Un pur capitalisme*. Page Deux.

Ianni, O. (1981). *A ditadura do grande capital*. Civilização Brasileira.

Mandel. E. (1982). *O Capitalismo Tardio*. Abril Cultural.

Marx, K. (2013). *O Capital: crítica da economia política. Livro I. O Processo de produção do capital*. Boitempo.

Marx, K. (2017). *O Capital. Livro III O processo global da produção capitalista*. Boitempo.

Nakatani, P. (2006). *O papel e o significado da dívida pública na reprodução do capital*. Simpósio Internacional sobre Deuda Publica do OID – Observatório Internacional da Dívida. Caracas, Venezuela.<http://www.oid-ido.org/IMG/pdf>

Netto, J. P. (1990). *Democracia e transição socialista – escritos de teoria e política*. Oficina de livros.

Netto, J. P. (1992). *Capitalismo monopolista e serviço social*. Cortez.

Netto, J. P. (2020). *Karl Marx – uma biografia*. Boitempo.

Padura, L. (2013). *El hombre que amaba a los perros*. Boitempo.

Salvador, E. (2010). Fundo público e políticas sociais na crise do capitalismo. *Serviço Social e Sociedade*, (104). Out/Dez. http://www.scielo.br/scielo.php?pi-d=S0101-66282010000400002&script=s-ci_arttext.

Serge, V. (2011). *Memorias de un revolucionario (1901-1941)*. Madrid: Veintisiete Letras.

World Bank Group. (1994). *Averting the old age crisis: policies to protect the old and promote growth*. <http://documents.worldbank.org/curated/en/973571468174557899/Averting-the-old-age-crisis-policies-to-protect-the-old-and-promote-growth>

Agradecimientos

Este texto faz parte dos projetos vinculados ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Escola de Serviço Social/UFRJ:

1) Pesquisa do Grupo de Estudos e Pesquisas Marxistas em Política Social (GEMPS), intitulada “Crise do capitalismo e tendências de intervenção estatal: expropriações e políticas sociais no Brasil recente (2015-2025)”, apoiada com fundos do Edital Universal CNPq/MCTI nº 10/2023 - Faixa B - Grupos Consolidados.

2) Pesquisa individual com Bolsa de Produtividade em Pesquisa, para o projeto “Da Fonte Misteriosa: quando os salários se transmutam em capitais portadores de juros e fictícios”. Edital CNPq Nº 09/2022 - PQ - 2022.

Agradeço ao CNPq, uma importante política pública de ciência e tecnologia no Brasil, por financiar a pesquisa mencionada.

Biografía de la autora

Sara Granemann es Profesora Titular de la Escuela de Trabajo Social de la Universidad Federal de Río de Janeiro, graduada/postgraduada/investigadora. Su Máster y Doctorado corresponde al PPGSS (Programa de Postgrado en Trabajo Social) de la Escuela de Trabajo Social/UFRJ. Ha realizado pasantías posdoctorales: Universidade Nova de Lisboa (2014) y Università degli Studi di Torino (2022), ambas en Historia Social.

Curriculum Vitae: <http://lattes.cnpq.br/5845959291259508>

Correo electrónico: sgranemann@tutanota.com

ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-1305-5022>